

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL**  
Avenida Adrião Monteiro, 2360 Fone/Fax: 3685-1288 CEP. 95552-000  
e – mail: cvcs@brturbo.com.br

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**ATA 735**

**DATA: 19/03/2012**

PRESIDENTE: RODRIGO MAGNI  
1ª SECRETÁRIA: ELIS BUENO (ATESTADO)  
DEMAIS VEREADORES:  
DANIEL VARGAS  
ELENA FAMER  
LILIA FRAGA  
MOISÉS PERES  
NILTON OSÓRIO  
SERAFIM DE LIMA  
VARLEI MARTINS

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às dezenove horas e dois minutos, no Plenário Telmo de Souza Sessim, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Adrião Monteiro nº 2360, em Capivari do Sul, o **PRESIDENTE** vereador **RODRIGO MAGNI** abriu a presente Sessão Ordinária convidando o vereador DANIEL VARGAS para fazer a leitura de um trecho da Bíblia. Na **TRIBUNA POPULAR** não houve oradores. No espaço do **EXPEDIENTE** o **PRESIDENTE** anunciou o resumo da ata nº 734, e não havendo retificações, a referida ata foi declarada aprovada pelo Presidente e foi lida pela 2ª Secretária da Mesa, vereadora LILIA FRAGA, que assumiu os trabalhos da Mesa, diante da ausência da 1ª Secretária, vereadora ELIS BUENO. Nas **CORRESPONDÊNCIAS** foi lido o Comunicado do Fundo Nacional de Saúde/MS/SE/FNS nº 000087/2012; Of.21/2012 do Conselho Tutelar que comunicou a composição da diretoria para o ano de 2012 e diversos convites aos vereadores. Nas **CORRESPONDÊNCIAS DO EXECUTIVO** foram lidos os Ofícios de Gabinete nsº 91; 94; 95; 96; 97 e 98/2012. Em questão de ordem, o vereador **NILTON OSÓRIO** solicitou ao Presidente que suspendesse a Sessão para reunião das lideranças, já que a Prefeita Municipal encaminhou as retificações aos PLEs. Nsº 05; 06 e 10/2012. Atendendo ao pedido regimental do vereador, o **PRESIDENTE** **suspendeu** a presente Sessão. Retornando aos trabalhos o **PRESIDENTE** informou que os vereadores fizeram um acordo de lideranças, e as Comissões exararam Pareceres após análise das retificações, o que possibilitou a inclusão dos PLEs. Nsº 05; 06 e 10/2012 na Ordem do Dia desta Sessão. A seguir a 2ª Secretária da Mesa fez a leitura do Acordo de Líderes nº 03/2012. **EM CIÊNCIA AO PLENÁRIO** foi lido o Of. 04/2012 da COF referente ao PLE Nº 09/2012; **Pareceres favoráveis da Comissão de Orçamento e Finanças** - COF Nº 04/2012 AO/PLC Nº 01/2012; **Nº 05/2012** AO/PLE Nº 02/2012; **Nº 06/2012** AO/PLE Nº 05/2012; **Nº 07/2012** AO/PLE 06/2012; **Nº 08/2012** AO/PLE Nº 07/2012; **Nº 09/2012** AO/PLE Nº 10/2012. **Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça** – CCJ Nº **05/2012** AO/PLC Nº 01/2012; **Nº 03/2012** AO/PLE Nº 02/2012; **Nº 06/2012** AO/PLE Nº 05/2012; **Nº 07/2012** AO/PLE Nº 06/2012; **Nº 08/2012** AO/PLE Nº 07/2012; **Nº 09/2012** AO/PLE Nº 10/2012. **Projeto de Lei do Legislativo Nº 01/2012** que “Denomina uma rua da sede do município de Capivari do Sul de “Tio Dudu”, de autoria do vereador Nilton Osório; **PLE Nº 13/2012** que “Autoriza a inclusão de ações no Plano Plurianual – PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012, abre crédito suplementar e aponta recursos”; **PLE Nº 14/2012** que “Autoriza a abertura de créditos suplementares e aponta

*recursos*”. A seguir o **PRESIDENTE** passou os PLEs. Nsº 13 e 14/2012, e o PLL Nº 01/2012 para análise das Comissões Permanentes da Casa. A seguir no espaço do **EXPEDIENTE DOS VEREADORES** não houve oradores. A seguir na **ORDEM DO DIA** foi lido o **PLE Nº 02/2012** que foi posto em discussão e votação, e a seguir em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade. A seguir foi lido o **PLE Nº 07/2012** que foi posto em discussão: a vereadora **ELENA FAMER** iniciou dizendo que o projeto trata-se da revisão geral anual, e não de um aumento real, é uma revisão obrigatória e tem como parâmetro o índice do INPC. Disse que analisou algumas leis referentes às revisões salariais na última administração, e o que observou é que no período não foi dado aumento real nem de quatro por cento, o que ocorreu foram as reposições inflacionárias, e questionou porque os servidores não podem ter um aumento real além da inflação, já que o salário mínimo foi de quase quinze por cento dado pelo Governo Federal, e aqui no Governo do Estado também foi ajustado ao salário regional equiparando ao salário nacional, e também, o Governo Estadual está discutindo a questão do aumento real categoria por categoria, e salientou que isto também pode ser feito aqui no Município. Disse que estranhou a justificativa da Prefeita quando esta apresentou a questão orçamentária, uma vez que temos na Casa um superávit bem considerável referente ao exercício de dois mil e onze, e no qual não era conhecido pelos vereadores, e nem mesmo pelo Executivo, que reconhece isso nas justificativas dos projetos. Disse que o valor do superávit que é um recurso livre é considerável, na ordem de dois milhões cento e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais, no qual tem os encargos que reduz um pouco este valor, mas que mesmo reduzido é um valor alto de recurso livre. Continuando disse que com este superávit é possível sim dar um aumento real aos servidores, tanto que tivemos na Câmara um projeto que pretendia conceder a um único servidor um FG de mil e quinhentos reais, que se for dividir para cinquenta servidores de menor salário, daria um aumento real de quatro por cento. Analisando estes fatos, podemos concluir que o município tem sim condições de dar um aumento real aos servidores, e declarou o seu voto favorável ao projeto de revisão de seis por cento, que é constitucional e obrigatório, e como não é da alçada dos vereadores a iniciativa do aumento de despesas, disse que espera que o Executivo encaminhe um projeto com uma proposta de aumento real para os servidores, pois segundo a Vereadora a justificativa da Prefeita de que a reposição está dentro dos limites orçamentários, considerando o superávit existente, isso não se configura. Disse ainda, que quando foram criados os cargos para o concurso podemos analisar o quanto é mal remunerado os cargos, especialmente o pessoal de obras, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, são os cargos que ganham menos. Disse ainda, que a Câmara possa encaminhar uma proposta para a Prefeita, para que esta faça um estudo e conceda um aumento real aos servidores neste ano de dois mil e doze, já que o município demonstrou que está com saúde financeira, e a iniciativa depende da Prefeita. A seguir o vereador **NILTON OSÓRIO** iniciou dizendo que o superávit não é o valor de dois milhões, é em torno de um milhão e pouco, porque tem que descontar os compromissos que tem a pagar. Disse ainda, que com o concurso público que foi realizado aumentará em torno de quarenta cargos, e com os seis por cento de revisão, o percentual com folha de pagamento irá para quarenta e oito por cento, próximo a cinquenta por cento, e isso, segundo o Vereador já acende a luz vermelha, temos que ficar atentos. E quanto ao superávit ele existe, e a vontade de aumentar também existe, mas pode comprometer a saúde financeira do município, que já nos quarenta e oito por cento tem que ficar alerta. Disse que foi dado nessa administração mais de vinte e sete por cento, no total, e foi dado mais do que a Administração anterior que deu em torno de vinte e três por cento, sem querer comparar, mas para informar, e disse concordar que tem servidores que ganham muito pouco, mas quando o Município chega no alerta, temos que ficar atentos, para não prejudicar a saúde financeira do Município. A seguir, não havendo mais quem quisesse discutir, o **PRESIDENTE** colocou o **PLE Nº 07/2012** em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade. A seguir foi lido o **PLE Nº 05/2012** que foi posto em discussão: a vereadora **ELENA FAMER** iniciou

dizendo que este projeto foi pedido com urgência, e esclarece às pessoas interessadas que estão no Plenário, que mesmo com urgência este projeto está sendo votado bem antes do prazo, porque a urgência é trinta dias, e inclusive com acordo de líderes para que fosse votado nesta sessão, porque faltavam documentos que eram obrigatórios a acompanhar o projeto, e que não vieram, e que chegaram somente hoje ao Plenário. Disse que estão votando porque os vereadores entendem que existe a necessidade sim da abertura das vagas, não são contratações emergenciais, e sim aberturas de vagas para pessoas que estudaram para um concurso público. Disse que recentemente foram votadas as vagas que seriam para concurso público, e foi feita toda a análise e foram votadas as vagas que foram solicitadas na época, e somente este ano é que foram criadas estas novas vagas. Disse entender a importância da criação destes cargos para que possa um maior número de pessoas da comunidade ser atendida, e ainda ter mais qualidade no atendimento. Mas da mesma forma considerou que estas vagas já deveriam ter sido criadas no primeiro momento da realização do concurso que recentemente foi realizado, e agora estão sendo abertas cinco novas vagas, e outras vagas para professores, e com isso, quis esclarecer que o papel do vereador não é travar projetos, e votar contra uma pessoa ou outra, mas sim zelar pelo dinheiro público que deve beneficiar toda a população, e as vagas não devem ser direcionadas para “A” ou para “B”, e por isso o Legislativo sempre entendeu a necessidade de realização do concurso público, concluiu a vereadora. A seguir, não havendo mais quem quisesse discutir o **PRESIDENTE** colocou o **PLE Nº 05/2012** em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade. A seguir foi lido o **PLE Nº 06/2012** que foi posto em discussão e a seguir em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade. . A seguir foi lido o **PLE Nº 10/2012** que foi posto em discussão e a seguir em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade. Encerrada a Ordem do Dia o **PRESIDENTE** deu início ao espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** no qual se pronunciaram respectivamente os vereadores NILTON OSÓRIO e DANIEL VARGAS, sendo que o vereador Daniel solicitou o registro do seu pronunciamento. A seguir o vereador **DANIEL VARGAS** iniciou se referindo a reportagem que saiu na Zero Hora de domingo, que registrou a avaliação que foi feita sobre os Prefeitos do Brasil, realizada pelo novo indicador proposto pela (Firjan) Federação das indústrias do Rio de Janeiro que avaliou a qualidade da gestão pública em cinco mil duzentos e sessenta e seis municípios do País, e esta pesquisa destacou as prefeituras gaúchas, pois setenta e cinco por cento dos municípios do nosso Estado foram consideradas com boa ou excelente a administração financeira. Sendo que da lista dos melhores quinhentos do Brasil, cento e trinta e oito são do Rio Grande do Sul. Disse que este indicador avalia a qualidade da gestão pública com base em dados oficiais da Secretaria Nacional do Tesouro Nacional, e é composto por cinco indicadores: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, custos da dívida pública, liquidez e restos a pagar. Continuando relatou a sua satisfação por ter a notícia que Capivari do Sul obteve dos cinco mil duzentos e sessenta e seis municípios do País, a sexagésima sétima posição, e isso orgulha muito, de moráramos em um município que é levado a sério o gasto do dinheiro público e os investimentos, e parabenizou ao Executivo Municipal e também ao Legislativo que auxilia na administração do Município. Quanto ao aumento, disse que enquanto servidor também gostaria de ter um aumento mais significativo, mas disse acreditar que a Prefeita está trabalhando para isso acontecer, não neste momento, mas ao longo prazo, e disse acreditar e saber que a Prefeita valoriza bastante o servidor público, mas trabalha também com firmeza e transparência, e quer trabalhar para que o município continue com saúde financeira como foi apresentado na reportagem, e salientou que, em momento oportuno a Prefeita conduzirá sobre o aumento salarial aos servidores. Quanto ao projeto referente aos cargos que vieram para esta Casa, na sua opinião é mais fácil criar o cargo depois do concurso do que criar muitos cargos e depois ter que chamar, porque se criou o cargo é obrigatório chamar, e depois da realização do concurso é melhor criar os cargos de acordo com a necessidade, concluiu o vereador. A seguir não havendo mais quem quisesse se pronunciar, o

**PRESIDENTE** parabenizou as lideranças pelo acordo feito na noite de hoje, e especialmente o trabalho das Comissões da Casa Legislativa. Disse que a vereadora Elena relatou muito bem as questões que ocorrem na Casa, onde muitas vezes as pessoas que não acompanham os trabalhos não entendem como acontecem os processos de votação dos projetos, e relatou que hoje mesmo foi cobrado sobre o projeto de criação do cargo de psiquiatra, sendo que este entrou em pauta na semana passada. Disse conhecer o trabalho dos vereadores que têm feito o possível para votar os projetos, e pediu uma atenção especial a este projeto por tratar-se de atendimento continuado na área da saúde para a população, que não tem culpa das coisas estarem acontecendo da forma como vem sendo feito, pois o projeto chegou recentemente e não temos nem mesmo o parecer da assessoria jurídica, mas sabe que assim que chegar os vereadores farão o possível para votar esta matéria. A seguir o **PRESIDENTE** declarou encerrada a presente Sessão, e convocou os vereadores para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e seis de março, às dezenove horas. E nada mais havendo a tratar, para que tudo fique registrado, lavrou-se a presente ata que segue devidamente assinada.

Vereador RODRIGO MAGNI  
Presidente

Vereadora LILIA FRAGA  
2ª Secretária

*“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”*